



O JUIZ DAS GARANTIAS NA BUSCA DE UMA JURISDIÇÃO IMPARCIAL E SEUS REFLEXOS

Valdeci Ataíde Capua
Professor Universitário da Famesc BJI
valdeci_adv@hotmail.com

Margareth Brandina Barbosa
Professora Universitária da Famesc BJI
margareth.farmaco@hotmail.com

Wasghinton Ramos Monteiro
Pós-graduando em Direito Penal e Processo Penal/Residente Jurídico do
TJES
washingtongjrmonteiro@gmail.com

Resumo

Este resumo analisa a importância da implementação do juiz das garantias previstas na Lei 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, no sistema penal brasileiro. A principal proposta do juiz das garantias é assegurar a imparcialidade do processo penal, separando a atuação do juiz durante a fase pré-processual daquela durante a fase de julgamento. O mesmo magistrado que atua durante a investigação também é responsável por julgar o caso, o que pode resultar em pré-julgamento e prejudicar a integridade do processo. Este novo modelo de jurisdição é amplamente adotado por países europeus como Espanha, Itália e Alemanha, bem como por países latino-americanos como o Chile, e visa minimizar a influência subjetiva dos juízes nos resultados dos julgamentos, garantir maior justiça e proteger os direitos fundamentais. O resumo se baseia em uma revisão da literatura e análise de pesquisas em psicologia social, especificamente na teoria da dissonância cognitiva e no efeito de primazia. Esses conceitos explicam como as informações às quais um juiz é exposto durante as fases preliminares do julgamento podem influenciar inconscientemente o seu julgamento final, levando a uma parcialidade que compromete a imparcialidade essencial para um julgamento justo. Espera-se que com a implementação do juiz das garantias no Brasil trará melhorias significativas aos processos penais, tornando-os mais equilibrados e menos tendenciosos pelos juízes. Embora o novo modelo enfrente resistências e desafios práticos durante a implementação, promete aumentar a imparcialidade e a confiança da sociedade no sistema de justiça. Além disso, a adoção deste valor é consistente com o requisito internacional de estabelecer procedimentos mais justos baseados nos princípios dos direitos humanos, conforme decidido por tribunais como o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Conclui-se que a implementação do juiz das garantias é crucial para modernizar o sistema penal brasileiro, alinhando-o aos padrões internacionais e assegurando maior imparcialidade, proteção dos direitos fundamentais e confiança no processo.



penal. A medida representa um avanço necessário para garantir julgamentos mais justos e equitativos no Brasil.

Palavras-chave: Processo Penal; Juiz das Garantias; Imparcialidade.

Instituição formadora: Famesc BJI.